



Quinta-feira, 26 de março de 2015



TRT-CE e Ministério Público realizam ação contra o trabalho infantil

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, em parceria com o Ministério Público do Trabalho e diversas instituições públicas, realiza, de 2 a 8 junho, a Semana Cearense de Combate ao Trabalho Infantil. “A conscientização da sociedade é o primeiro passo para erradicar o trabalho infantil”, afirma a coordenadora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno. Estão previstas audiência pública, palestras, distribuição de material educativo, caminhadas e busca de crianças em situação de trabalho. Cerca de 100 municípios cearenses já aderiram ao movimento. A iniciativa integra as ações da Comissão de Erradica-

ção do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho. Segundo pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará possui 173 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando, ocupando a 17ª posição no rank nacional. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibida qualquer forma de trabalho até os 13 anos. Entre 14 e 15 anos, somente na condição de aprendiz. De 16 a 17 anos, é permitido, desde que não seja em condições perigosas ou insalubres e em horário noturno.



Audiência pública debate trabalho infantil na próxima segunda-feira (2/6)

Uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará vai debater, na próxima segunda-feira (2/6), às 14h, a erradicação do trabalho infantil. A audiência foi requerida pela deputada Raquel Marques e dá início à Semana de Combate ao Trabalho infantil no Ceará. A Semana é organizada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e diversos órgãos e entidades estaduais. Apesar de ter havido uma redução do número de crianças trabalhando no Ceará, a situação ainda é preocupante, afirma a coordenadora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno. Em 2011, o Ceará possuía 206 mil crianças e adolescentes trabalhando irregularmente. No ano seguinte eram 173 mil. Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizada em 2012. Segundo o levantamento, a Região Metropolitana de Fortaleza era a que possuía o maior índice de crianças

entre 10 e 14 anos trabalhando, entre as nove regiões pesquisadas. Eram mais de 10 mil crianças submetidas ao trabalho infantil. A pesquisa do IBGE levou em consideração as regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Além do TRT/CE e do MPT, participarão da Audiência Pública entidades que compõem o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, representantes da Coordenadoria da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza e municípios da Região Metropolitana. Semana: A Semana Cearense de Combate ao Trabalho Infantil será realizada de 2 a 8 de junho. Além da audiência pública, serão realizadas palestras, distribuição de material educativo, caminhadas e busca de crianças em situação de trabalho. Cerca de 100 municípios cearenses já aderiram ao movimento. A iniciativa integra as ações da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho.

Audiência pública debate trabalho infantil na próxima segunda-feira (2/6).

Uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará vai debater, na próxima segunda-feira (2/6), às 14h, a erradicação do trabalho infantil. A audiência foi requerida pela deputada Raquel Marques e dá início à Semana de Combate ao Trabalho infantil no Ceará. A Semana é organizada pelo Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, em parceria com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e diversos órgãos e entidades estaduais.



MPT-CE lança campanha “Todos Juntos contra o Trabalho Infantil”

“Precisamos dar um cartão vermelho ao trabalho infantil em nosso Estado”, com esta declaração o procurador chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), Antonio de Oliveira Lima, lançou, em audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará realizada na nesta segunda-feira (2/6), a campanha “Todos Juntos contra o Trabalho Infantil”. A iniciativa conta com a parceria da Associação para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (APDMCE), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e demais entidades que integram o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

O evento marcou o início da Semana Cearense de Combate ao Trabalho Infantil, que acontece entre os dias 2 e 11 de junho. “Já são cerca de 100 municípios que estão mobilizados para realizar atividades durante esta semana”, comentou o procurador chefe do MPT no Ceará. Ele citou os casos das cidades de Granja e Guaraciaba do Norte, localizadas no interior cearense, que realizarão caminhadas alusivas ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.

Para a deputada estadual Raquel Marques, autora do requerimento da audiência pública, destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho no Ceará para diminuir o número de crianças trabalhando. “Somente a soma de vários esforços, como o MPT está fazendo com a Agenda Cearense de Prevenção de Erradicação do Trabalho Infantil, pode erradicar essa chaga social do nosso Estado”, comentou.

A audiência contou ainda com a participação de representantes do Tribunal Regional do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado. A campanha “Todos Juntos contra o Trabalho Infantil” tem por objetivo fortalecer a luta contra o Trabalho Infantil no Ceará. O tema foi aprovado na última reunião do FNPETI e conta com o apoio

da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O MPT-CE mobilizou os cearenses para realização da Campanha. Para essas atividades foram produzidos 100 mil panfletos, 100 mil tabelas da Copa do Mundo e 10 mil cartazes. Os materiais foram distribuídos aos municípios nos últimos dias 22 e 23 de maio, por ocasião do 4º Seminário da Agenda Cearense de Prevenção de Erradicação do Trabalho Infantil (Acepteti), também realizado pelo MPT-CE.

Números do Trabalho Infantil no Ceará

Em 2011, o Ceará possuía 206 mil crianças e adolescentes trabalhando irregularmente. No ano seguinte eram 173 mil. Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), realizada em 2012.

Segundo o levantamento, a Região Metropolitana de Fortaleza era a que possuía o maior índice de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando, entre as nove regiões pesquisadas. Eram mais de 10 mil crianças submetidas ao trabalho infantil. A pesquisa do IBGE levou em consideração as regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

12 de junho

Em 2002, a Organização Internacional do Trabalho estabeleceu o dia de 12 de junho como Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Cinco anos depois, o Brasil passou a reconhecer a data como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, através da Lei nº 11.542/2007. Em 2008, o Ceará passou a comemorar a data, tendo ampliado as atividades para uma semana, estabelecendo a Semana Estadual de Combate ao Trabalho Infantil, através da Lei Estadual nº 14.178/2008.

Trabalho infantil é tema de audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará

A erradicação do trabalho infantil foi tema de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará, na segunda-feira (2/6). A iniciativa deu início à Semana de Combate ao Trabalho infantil e reuniu magistrados, procuradores e representantes de diversas instituições comprometidas com a extinção do trabalho irregular de crianças e adolescentes.

A audiência atende à proposição da deputada Rachel Marques. Ela ressaltou que é importante ter a adesão da sociedade e das famílias para combater o problema. “É comum o trabalho infantil no âmbito familiar, especialmente nas zonas rurais, onde há o pensamento de que é melhor a criança trabalhar”, disse a parlamentar.

o estado

TRABALHO INFANTIL Ceará ainda distante da erradicação

IBGE aponta que existem cerca de 200 mil crianças e adolescentes trabalhando. Para MPT, os números continuam altos, apesar dos avanços

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que ainda existem cerca de 200 mil crianças e adolescentes trabalhando no Ceará. No Estado, 65 dos 184 municípios estão entre os que apresentaram alta incidência de trabalho infantil.

Em 2011, o Ceará possuía 206 mil crianças e adolescentes trabalhando irregularmente. No ano seguinte, passou para 173 mil. Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, realizada em 2012.

Para o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT), Antônio de Oliveira Lima, apesar dos avanços, os números continuam altos. “De fato há uma redução significativa, mas não dá para dizer que o mesmo acontecerá nas próximas pesquisas”. Segundo ele, nas últimas três pesquisas consegue-se ver uma redução se comparado com as duas últimas, “mas se compararmos as



➤ No Ceará, 65 dos 184 municípios estão entre os que apresentaram alta incidência de trabalho infantil

sete últimas pesquisas, a redução foi pequena". Sobre a recente pesquisa divulgada pelo IBGE, "o Ceará ficou mais confortável e isso dá esperança de que estamos no caminho certo, mas ainda distante das metas para erradicar".

O procurador explica que um conjunto de trabalhos são realizados para que os resultados apareçam. "Ações, campanhas, mobilizações são promovidos no intuito de mudar o comportamento e as atitudes da população que, com a informação, acaba passando a ter uma postura mais consciente como consumidor deixando de comprar, por exemplo, produtos que são confeccionados por mão de obra infantil. Ele passa a se importar mais sobre o assunto e vê a realidade de outra forma". O procurador também cita como um importante ponto erradicador do trabalho infantil as ações de transferência de renda como o "Bolsa Família". "Esse quesito tem sido muito forte no interior do Estado. Essas políticas públicas impactam diretamente na redução deste tipo de trabalho infantil, pois amplia o espaço de proteção deles", concluiu.

Segundo levantamento realizado pelo MPT no Ceará, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Região Metropolitana de Fortaleza era a que possuía o maior índice de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando, em 2011, em relação às cidades

de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Na época, mais de 10 mil crianças eram submetidas ao trabalho infantil.

O procurador alerta que os dados mostram que "há a necessidade de uma maior intensificação das ações. Com esse objetivo, o MPT tem articulado, junto aos vários segmentos da administração pública, uma atuação setorial principalmente com os profissionais da educação, saúde, assistência social, conselhos tutelares e de direito".

PRAZO

Em 2008, um decreto assinado pela Presidência da República permitiu que o combate ao trabalho infantil no Brasil se tornasse mais abrangente, ampliando as possibilidades de punição contra indivíduos e empresas que o utilizam e, principalmente, protegendo muito mais crianças e adolescentes que todos os dias são submetidos a atividades degradantes no campo e na cidade. Na ocasião, o País assumiu um compromisso de erradicar todas essas piores formas até o ano de 2016.

Quando perguntado sobre o prazo, o procurador foi objetivo. "Está evidente que em 2016 não há condições para conseguir alcançar estes números. Embora seja um compromisso, não somos ingênuos de achar que vamos fazer em dois anos o que não se fez durante mui-

to tempo", explicou.

O decreto de nº 6.481, aprovou, em nível federal, a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), que teve suas bases lançadas, em 1999, pela Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre as piores, estava o trabalho infantil doméstico.

Constam da relação, 89 atividades, com suas descrições e consequências para a saúde de crianças e adolescentes que as desempenham. Há ainda outros quatro itens convencionados anteriormente pela OIT e que se referem à exploração sexual, trabalho escravo, trabalhos moralmente degradantes e uso da mão de obra infantil em atividades ilícitas, como o tráfico de entorpecentes.

CAMPANHA

No próximo dia 12 de junho, data que marca a assinatura do decreto, será celebrado o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Para conscientizar a população sobre essa grave violação de direitos, o Ministério Público do Trabalho e outras entidades parceiras estão realizando, até o dia 11 de junho, a campanha "Todos Juntos contra o Trabalho Infantil". Segundo o procurador, o Ceará precisa "dar um cartão vermelho ao trabalho infantil".

A iniciativa conta com a parceria da Associação para o Desenvolvimento do Estado do Ceará (APD-

MCE), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 7ª Região, Superintendência Regional do Trabalho (SRTE/CE), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-CE) e demais entidades que integram o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

NOVOS NÚMEROS

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Ceará (SRTE/CE) apresenta, na manhã de hoje, o número de crianças e adolescentes encontrados em situação irregular, assim como o número de jovens aprendizes inseridos no mercado de trabalho no ano de 2013.

Como forma de alertar e informar sobre essa questão, após a apresentação dos dados, haverá uma palestra de conscientização sobre os malefícios do trabalho infantil, ministrada pelo chefe do Setor de Fiscalização, Pedro Jairo Nogueira. Na ocasião, a chefe do Projeto de Aprendizagem, Ervanis Brito, apresentará, ainda, o caminho para o jovem que deseja ser um aprendiz.

Algumas instituições de aprendizagem profissional apresentarão um termo de compromisso assinado com a SRTE/CE, que objetiva priorizar a inserção e a contratação de jovens entre 14 e 18 anos no instituto da aprendizagem como forma de combater o trabalho infantil.



Região metropolitana de Fortaleza recebe ações da Semana de Combate ao Trabalho

A iniciativa integra as atividades da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho



Região metropolitana recebe ações da Semana de Combate ao Trabalho Infantil

Dois municípios da Região Metropolitana de Fortaleza receberam, nesta sexta-feira (6/6), a visita da coordenadora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno. Em Horizonte e Pacajus, a magistra-

da reuniu-se com lideranças para definir ações para Semana Cearense de Combate ao Trabalho Infantil, que acontece de 2 a 11 de junho.

Em Horizonte, a desembargadora conversou com a presidente da Associação para o Desenvolvimento do Ceará, Jô Farias. O encontro definiu as atividades

que serão realizadas pelo município durante a Semana. Na prefeitura de Pacajus, reuniu-se com autoridades e entregou material educativo e de divulgação da campanha. Ela também visitou a vara do trabalho do município.

Durante a Semana estão sendo realizadas audiência pública, palestras, distribuição de material informativo, caminhadas e busca de crianças em situação de trabalho. Cerca de 100 municípios cearenses já aderiram ao movimento.

A iniciativa integra as ações da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho e conta com a parceria do Ministério Público do Trabalho,

do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais entidades que integram o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Pesquisa: A Região Metropolitana de Fortaleza é a que possui o maior índice de crianças de 10 a 14 anos trabalhando, entre nove regiões pesquisadas pelo IBGE.

São mais de 10 mil crianças submetidas ao trabalho infantil. A pesquisa leva em consideração as regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.



Conselho Superior da
Justiça do Trabalho

TRT/CE e MPT dão cartão vermelho ao trabalho infantil

O Tribunal Regional do Trabalho do Ceará e o Ministério Público do Trabalho (MPT) realizaram, na última sexta-feira (27/6), uma ação de conscientização contra o trabalho infantil no Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza. Magistrados e procuradores distribuíram cartões vermelhos contra o trabalho infantil para turistas estrangeiros que chegavam à capital cearense para a Copa do Mundo.

“A estratégia da campanha é aproveitar o clima do Mundial para conscientizar a sociedade sobre a importância de acabar com a exploração do trabalho de crianças e adolescentes”, afirmou a coordenadora regional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil, desembargadora Regina Gláucia Nepomuceno.

Os cartões, com mensagens educativas em inglês, também foram distribuídos nos bolsões de estacionamento (locais onde os torcedores aguardam ônibus

para o estádio).

Inspeções: Além do trabalho de conscientização, as instituições realizaram inspeção no Centro das Tapioqueiras

– tradicional ponto turístico de Fortaleza. No local, foram encontradas duas crianças em situação de trabalho infantil. Uma estava trabalhando em um dos quiosques e outra vendendo DVDs piratas.

O MPT encaminhará o relatório de fiscalização para a Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome de Fortaleza, para que seja feita visita às famílias, inclusão em programas sociais e acompanhamento educacional.

A iniciativa integra as ações da Comissão de Erradicação

do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho.



Combate ao trabalho infantil é tema de reunião com ministro do Trabalho e Emprego

Uma das coordenadoras regionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho, a desembargadora Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno, reuniu-se, dia 4 de setembro, com o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias. Durante o encontro, foram apresentadas ações desenvolvidas pelo Programa no Ceará e formalizado pedido de inclusão de publicidade sobre o tema no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

O ministro está empenhado no combate e na fiscalização do trabalho infantil e mostrou disposição em nos ajudar, informou a desembargadora. O Brasil tem compromisso com a Organização Internacional do Trabalho para erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016 e, até 2020, eliminar todas as formas

de exploração do trabalho precoce.

O ministro Manoel Dias esteve em Fortaleza para o seminário Emprego Doméstico: Mercado de Trabalho e Direitos Trabalhistas. O evento foi promovido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Iniciativa: O Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho foi criado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho em 2013. A iniciativa tem o objetivo de desenvolver, em caráter permanente, ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil

e para adequação profissional de adolescentes.

Advogados devem cadastrar o assunto Trabalho Infantil no PJe/JT

Ao ingressarem com ações envolvendo o trabalho irregular de crianças e adolescentes pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), os advogados trabalhistas devem selecionar a opção Trabalho Infantil.

A recomendação é da comissão regional Programa de Combate ao Trabalho Infantil da Justiça do Trabalho (PCTI). A falta do registro do assunto Trabalho Infantil no sistema não gera dados estatísticos, impossibilitando a Justiça do Trabalho de saber quantos processos tramitam no Ceará sobre o tema. Das 108 mil ações trabalhista cadastradas no PJe/JT até outubro de 2014, apenas 24 estão relacionadas ao trabalho infantil.

Para que fique registrado no PJe/JT que a causa trabalhista envolve exploração de mão de obra infantil, é necessário que o profissional, ao cadastrar o processo, escolha na opção Assunto o item Direito do Trabalho/Trabalho com Proteção Especial/Menor. “Caso o advogado não realize esse procedimento, o sistema não irá contabilizar como trabalho infantil”, informa o chefe de Projetos de Sistemas da Diretoria de Tecnologia de Informação do TRT/CE, Jonathan Rebouças.

“Essa estatística é muito importante para podermos direcionar nossas ações para erradicação do trabalho precoce de crianças e adolescentes”, ressalta uma das coordenadoras regionais do PCTI, a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho do Ceará Regina Gláucia Nepomuceno. De acordo com a magistrada, os dados cadastrados pelos advogados permitiriam, por exemplo, identificar qual tipo de empregador (comerciante, industrial, rural, doméstico) é mais demandado na Justiça do Trabalho por explorar mão de obra infantil. “Poderíamos direcionar campanhas para esses segmentos, alertando sobre os malefícios do trabalho infantil”, afirma a desembargadora. Pesquisa: De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad), realizada em 2013, 140 mil cearenses entre 5 e 17 anos trabalham. Analisadas apenas as crianças de 5 a 9 anos, são 5.237 crianças trabalhando no Ceará, o que corresponde a 1% da população nessa faixa etária. No Brasil, são 3,2 milhões de crianças e adolescentes trabalhando de forma irregular, segundo o Pnad.



Advogados devem cadastrar o assunto Trabalho Infantil no PJe/JT

Ao ingressarem com ações envolvendo o trabalho irregular de crianças e adolescentes pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), os advogados trabalhistas devem selecionar a opção Trabalho Infantil.



Advogados devem cadastrar o assunto Trabalho Infantil no PJe/JT

Ao ingressarem com ações envolvendo o trabalho irregular de crianças e adolescentes pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), os advogados trabalhistas devem selecionar a opção Trabalho Infantil.



Advogados devem cadastrar o assunto Trabalho Infantil no PJe/JT

Ao ingressarem com ações envolvendo o trabalho irregular de crianças e adolescentes pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), os advogados trabalhistas devem selecionar a opção Trabalho Infantil.



Advogados devem cadastrar o assunto Trabalho Infantil no PJe/JT

Ao ingressarem com ações envolvendo o trabalho irregular de crianças e adolescentes pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), os advogados trabalhistas devem selecionar a opção Trabalho Infantil.

Advogados devem cadastrar o assunto Trabalho Infantil no PJe/JT

Ao ingressarem com ações envolvendo o trabalho irregular de crianças e adolescentes pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), os advogados trabalhistas devem selecionar a opção Trabalho Infantil.



Advogados devem cadastrar o assunto Trabalho Infantil no PJe/JT

Ao ingressarem com ações envolvendo o trabalho irregular de crianças e adolescentes pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe/JT), os advogados trabalhistas devem selecionar a opção Trabalho Infantil.